PREFEITURA MUNICIPAL DE VERTENTES – PE

Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2015-2024

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VERTENTES

Allan Kardec Bezerra da Silva

VICE PREFEITO

José Helder Pinto Correia de Araújo

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Elba Neide Leal Ferreira de Araújo

COMISSÃO EXECUTIVA – ELABORAÇÃO DO PME

Presidente

Alda Marcia Ferreira de Andrade

Membros

Andreia Paula Ferreira de Andrade

Edinalda Cabral de Souza

Jackeline Alves de Lima

Maria Creuza Bezerra

Valdirene Moura da Silva

FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - GRUPOS TEMÁTICOS

Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)

Ana Lúcia Martins da Silva
Ana Paula Amorim do Nascimento Cazumbá
Divaneide Maria Arruda de Araújo Bilar
Edinalda Cabral de Souza
Itala Oliveira da Silva
José Ricardo Menezes da Silva
Maria Aparecida Diniz Tavares
Maria de Fátima Menezes
Maria do Amparo Ferreira Costa
Maria Vera da Silveira
Maviael Maciel da Silva
Mônica Rodrigues Pereira dos Santos Leal
Sabrina Gonçalves de Lima
Sergiane Lucêna de Lima

Ensino fundamental I

Adriana Santana Leal
Antonielly Cabral de Menezes
Benedita Martins da Silva
Cláudia Roberta P Bezerra
Flávia Menezes da Silva
Iris de Fátima O Lima
Jackeline Alves de Lima
José Carlos Ferreira de Lima
José Leandro Cavalcanti Santos
João Batista Correia de Lemos
Josefa Maria Melo da Silva
Joselma Bezerra de Albuquerque
Maria Cilene da Silva Fabriciano
Maria da Paz das Chagas Menezes
Maria Patrícia Siqueira de Miranda
Maria Selma de Moraes Barbosa Maciel
Rosenaide Menezes da Silva
Verônica Rodrigues Souza Lima
Zenaildo Ferreira de Holanda

Ensino Fundamental II e Educação de Jovens e Adultos - EJA

Abel Pedro dos Santos Júnior
Deluce Daniella Lima de Almeida
Iara Priscila Ferreira de Oliveira
João Paulo Menezes da Silva
Jonas Melo da Silva
Josemir Cabral da Silva
Juciene Maria Silva de Miranda
Kelbiana Costa de França
Marcos Aurélio Ramos da Silva
Maria Eliene Pessoa Assunção
Nailson da Silva Mendonça
Renê Menezes da Silva
Rosalvo Menezes da Silva
Terezinha Mendonça de Figueirôa
Valmira Matias da Silva Santos
Vanderlúcia Sarinho de Melo Miranda

LISTA DE SIGLAS

CadÚNICO – Cadastro Único do Programa Bolsa Família

CONAE – Conferência Nacional de Educação

CONSED – Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação

CNAEJA – Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos

DATA-IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação.

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH –M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional – Lei 9.394/96

MEC – Ministério de Educação

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PAR – Plano de Ações Articuladas

PBA – Programa Brasil Alfabetizado

PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola

PBF – Programa Bolsa Família

PIB – Produto Interno Bruto

PNLD – Plano Nacional do Livro didático

PNE - Plano Nacional de Educação

PME – Plano Municipal de Educação

PL – Projeto de Lei Nº 8.035/2010 – Plano Nacional de Educação

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

RD – Região de Desenvolvimento

SAEB – Sistema de Avaliação de Educação Básica

SAEPE – Sistema de Avaliação da Educação do Estado de Pernambuco

UNESCO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura.

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

VI CONFITEA – Sexta Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. **INTRODUÇÃO** 10
1.1. Metodologia 13
1.2. Diretrizes do Plano Municipal de Educação 14

2. **DIAGNÓSTICO SOCIOEDUCACIONAL** 15
2.1. Análise Situacional do Município 15
2.1.1 Caracterização do Município 15

3. **GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** 36
3.1. Valorização do Magistério 41

4. **FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO** 42

5. **METAS E ESTRATÉGIAS DO PME** 43

6 **AVALIAÇÃO DO PME** 82

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 84

APRESENTAÇÃO

Apresenta-se neste documento, o Plano Municipal de Educação do Município de Vertentes, concebido como instrumento de planejamento que norteará a execução da Política Municipal de Educação para o período de 2015 a 2024.

Sua elaboração se deu, a partir da mobilização e instalação de um amplo processo de planejamento participativo e construção coletiva, tendo a representação dos diversos segmentos governamentais e não governamentais do município, constituindo-se em Fórum Municipal de Educação, sob a condução de uma Comissão Executiva que liderou o processo de sua construção.

O Plano Municipal de Educação que ora apresentamos, pauta-se e alinha-se ao preconizado na Lei Federal nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação – PNE – 2014/2024, tendo como desafios e centralidade a superação das desigualdades educacionais e a garantia de uma educação escolar com qualidade social a todo(a)s crianças, jovens e adultos do município de Vertentes, estabelecido em um conjunto articulado de metas e estratégias a serem cumpridas durante o período de sua vigência.

A sua consolidação ocorreu a partir da (re)leitura, reflexão e análise do Plano Municipal de Educação em vigor no município e, sua adequação ao que estabelece o Plano Nacional de Educação.

Cabe, ainda, pontuar que este PME expressa as manifestações das distintas vozes que participaram diretamente do processo de sua construção, e sua correlação com os marcos normativos da legislação que o inspirou.

O PME expressa, enfim, uma declaração pública de compromissos e de resultados a serem alcançados que ultrapassam os limites de uma Proposta de Governo para, em verdade, colocar-se como Política Educacional para o Município de Vertentes no horizonte de uma década.

Vertentes, maio de 2015

Allan Kardec Bezerra da Silva
Prefeito

Elba Neide Leal Ferreira de Araújo
Secretária de Educação

1. INTRODUÇÃO

O processo de redemocratização do País iniciado na década de 1980, teve como uma das principais bandeiras, a luta pelo direito à educação, produzindo mudanças significativas na educação brasileira, impulsionadas pela participação da sociedade organizada em múltiplas frentes.

A Constituição de 1988 traduziu e incorporou essas bandeiras e traz avanços consideráveis dos pontos de vista jurídico, normativo e institucional para garantia dos direitos sociais. No que tange à educação. A Carta Magma exprime uma concepção ampla de educação, tratando-a como direito social inalienável e fundamental para o exercício da cidadania, assegurando o acesso ao ensino como direito público subjetivo, impondo a corresponsabilidade dos entes federados por sua implementação e garantindo a aplicação de percentuais mínimos das receitas provenientes de impostos para sua manutenção e desenvolvimento.

Na esfera infraconstitucional, modificações relevantes ocorreram a partir de Leis Complementares, destacando-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996 - LDB); a Emenda Constitucional nº 14, de 1996, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF; a Lei nº 10.172, de 2001, que estabeleceu o Plano Nacional de Educação - PNE; a Lei nº 11.494, de 2007, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

- FUNDEB; e, mais recentemente, a Emenda Constitucional nº 59, 2009, que ampliou o ensino obrigatório dos 4 aos 17 anos de idade.

Apesar do reconhecimento e da importância que representa as instituições educativas como espaços de produção e de disseminação, de modo sistemático, do saber historicamente produzido pela humanidade e dos avanços conquistados ao longo da última década, tais como, a universalização do ensino fundamental, muito são os desafios, no sentido de superarmos as desigualdades educacionais, refletida no baixo desempenho escolar fortemente presentes na realidade da educação brasileira.

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que instituiu o Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2014-2024, está assentada em alguns conceitos estruturantes da educação enquanto processo e prática constituída e constituinte das relações sociais. Entendida como elemento partícipe das relações sociais, contribuindo, contraditoriamente, para a transformação e a manutenção dessas relações.

Os avanços obtidos e estabelecidos no Plano Nacional de Educação é fruto de ampla mobilização e discussão nacional em torno da importância que representa a educação na formação da sociedade contemporânea e no enfrentamento de seus desafios. Essa concepção, além de ampliar espaços, sinaliza para a importância do conhecimento e da formação se dê de forma contínua ao longo da vida.

Assim, conforme apregoa o artigo 1° da LDB, a práxis social da educação deve ocorrer em espaços e tempos pedagógicos diferentes, atendendo às diferenciadas demandas, sempre que justificada sua necessidade. Como prática social, a educação tem como lócus privilegiados, mas não exclusivos, as instituições educativas, entendidas como espaços de garantia de direitos.

Refere-se, portanto, à garantia do direito social à educação. Como direito social, avulta, de um lado, a educação pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva e de qualidade social para todos/as e, de outro, a universalização do acesso, a ampliação da jornada escolar e a garantia da permanência bem-sucedida para crianças, adolescentes, jovens e adultos/as, em todas as etapas e modalidades. Esse direito se realiza no contexto desafiador de superação das desigualdades e do reconhecimento e respeito à diversidade.

Inspirados e em consonância com esses princípios e conceitos estruturantes, revisitamos e adequamos o Plano Municipal de Educação de Vertentes vigente ao Plano Nacional de Educação, tendo no Fórum Municipal de Educação, colegiado formado de forma democrática e participativa pelos diversos segmentos da sociedade organizada do município, o principal espaço de diálogo, discussões e debates em torno da leitura da realidade da política municipal de educação, apresentada de forma objetiva nos indicadores socioeducacionais, tornando-se, portanto, a fonte e guia na definição das Metas e Estratégias, sistematizadas neste PME.

1.1. METODOLOGIA

Conforme enunciado na apresentação deste documento, a elaboração do Plano Municipal de Educação – PME ocorreu de forma democrática e participativa, garantindo a efetiva participação dos diversos segmentos representativos governamental e não-governamental, tais como: Representantes de gestores escolares, professores, estudantes, pais, conselhos de políticas públicas, câmara de vereadores, conselho tutelar, representantes das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, igrejas, etc.

O processo de construção do PME estabeleceu-se seguindo os passos metodológicos a seguir:

1. Instalação do Processo – Comissão Executiva, instituída por Portaria do Prefeito;
2. Mobilização das representações para participação do processo através de convites;
3. Realização de Seminário de Sensibilização - Apresentação e Validação da Metodologia de Trabalho, formação de grupos temáticos e agenda de trabalho;
4. Coleta e sistematização de dados e informações sociais e educacionais do município e sua leitura qualitativa;
5. Realização de Oficina de Diagnóstico Participativo – apresentação de dados e informações sistematizadas e sua leitura e discussão pelos participantes reunidos em grupos de discussão e posterior apresentação em plenária e sua validação;

6. Realização de Oficina para definição e elaboração das metas e estratégias do PME pelos grupos temáticos;
7. Sistematização das Propostas de Metas e Estratégias do PME;
8. Seminário de Validação do PME pelo Fórum Municipal de Educação;
9. Elaboração do Projeto de Lei a ser encaminhado pelo Prefeito do Município à Câmara de Vereadores para apreciação e deliberação.

1.2. DIRETRIZES DO PME

As diretrizes do PME foram definidas, considerando a visão sistêmica de educação, envolvendo todas as etapas e modalidades da educação de maneira articulada e integrada, a fim de que elas se reforcem reciprocamente e desencadeiem um círculo virtuoso de investimento na execução de sua política:

I. rdução do analfabetismo;
II. universalização do atendimento escolar;
III. superação das desigualdades educacionais;
IV. melhoria da qualidade do ensino;
V. formação para o trabalho;
VI. promoção da sustentabilidade socioambiental;
VII. valorização dos profissionais da educação e,
VIII. difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

2. DIAGNÓSTICO SOCIOEDUCACIONAL

2.1 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO

2.1.1. Caracterização do Município

a) Aspectos históricos, geográficos e administrativos.

De acordo com registros históricos, o povoamento do local onde se originou o município de Vertentes se deu a partir de 1855, com a construção de uma capela sob o patrocínio de São José, erguida às margens de uma estrada na época muito transitada, sob a liderança do Padre Renovato Tejo, primeiro vigário da freguesia. Situada ao pé da serra de Taquaritinga, as terras antes pertenciam a Maria Ferraz do Brito, doada pela coroa portuguesa que em anos depois por meio de permuta passou as mãos de Francisco Carneiro Bezerra Cavalcante, legitimado fundador de Vertentes, cuja denominação se dera em razão de existir no local duas vertentes d`água.

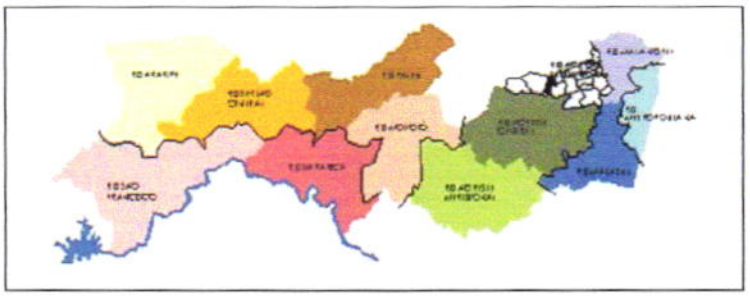
Inicialmente o distrito de Vertentes integrava o município de Taquaritinga do Norte, sendo emancipado e tornando-se município em 11 de setembro de 1928 através da Lei Estadual de nº 1.931, adquirindo assim a sua autonomia político-administrativa.

O município de Vertentes é formado pelos distritos: sede do município, São João Ferraz, Serra da Cachoeira, Livramento, Capela Nova e Serra Seca e, pelo Povoado de Chã do Junco.

Com uma área de 191.091 Km², o município integra a mesorregião do agreste pernambucano e a microrregião do Alto Capibaribe, tendo como limites geográficos, ao norte o Estado da

Paraíba, ao sul os municípios de Caruaru e Toritama, ao leste Frei Miguelinho e Santa Maria do Cambucá e, a oeste Taquaritinga do Norte, conforme se pode visualizar no Mapa 01.

Mapa 01 – Mesorregião do Agreste de Pernambuco



Fonte:Condepe/Fidem

De clima semiárido, Vertentes está localizado a altitude de 401m ao nível do mar, estando distante da capital do estado de Pernambuco (Recife) a 149Km.

b) Aspectos Demográficos

Segundo a Pnad/2014/IBGE, o município apresentava em 2014, uma população de 19.720 habitantes, exibindo um crescimento populacional de 9,42% no intervalo de (04) quatro anos, quando o município apresentava em 2010 um contingente populacional de 18.222 habitantes.

Os dados revelam que a população do município vem se ampliando entre os censos demográficos de 2000, 2010 e a Pnad/2014, à taxa média de 2% ao ano, passando de 14.953 para 18.222 habitantes em 2010 e chegando a 19.720 em 2014. Essa taxa

foi superior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,07% ao ano e superior à cifra de 1,08% ao ano da Região Nordeste, conforme se pode visualizar no Gráfico 01

Gráfico 01 – Taxa de crescimento anual por área – 2000 e 2010

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 42,14% e em 2010 passou a representar 71,02% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 2,0% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 13,1% da população, já em 2010 detinha 13,2% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento positivo entre 2000 e 2010, com média de 0,3% ao ano. Crianças e jovens detinham 31,2% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 4.663 habitantes. Em 2010, a participação deste

grupo reduziu para 26,3% da população, totalizando 4.787 habitantes, conforme se demonstra no Gráfico 02.

Gráfico 02 – População residente no município por faixa etária – 2000 e 2010

	2000	2010
0 a 14 anos	4.663	4.787
15 a 29 anos	4.068	5.044
30 a 39 anos	1.768	2.626
40 a 59 anos	2.495	3.367
60 anos ou mais	1.963	2.398
Total	14.957	18.222

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 2,85% ao ano), passando de 8.331 habitantes em 2000 para 11.037 em 2010. Em 2010, este grupo representava 60,6% da população do município.

c) Aspectos Econômicos

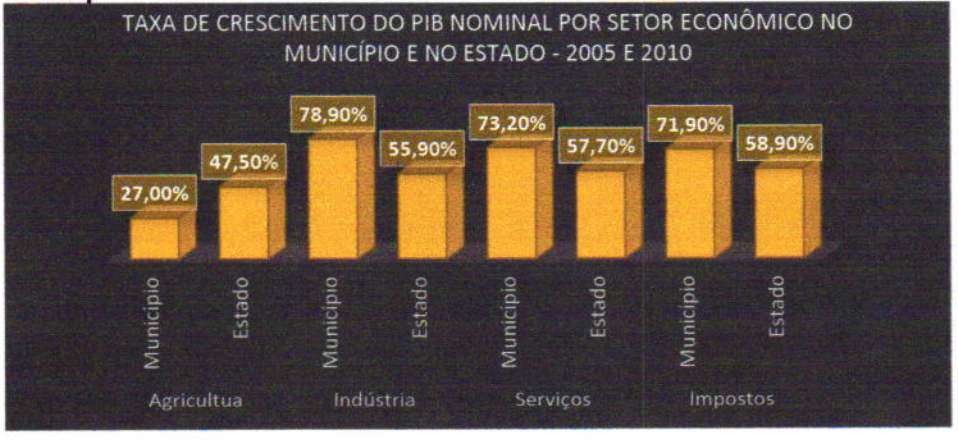
Segundo o IBGE, entre 2005 e 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 69,2%, passando de R$ 38,6 milhões para R$ 65,3 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 57,1%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,08% para 0,08% no período de 2005 a 2010, conforme se registra no Gráfico 03.

Gráfico 03 – Participação dos setores econômicos no PIB do Município - 2010

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 80,3% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 8% em 2010, contra 8,1% em 2005. Variação contrária à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 8,1% em 2005 para 18,9% em 2010, apresentada a seguir.

Gráfico 04 – Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no município e no estado – 2005 e 2010.



Fonte: IBGE

Agricultura Familiar

O município possuía 1.063 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 94% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 45% da área, ocupavam 92% da mão-de-obra do setor e participavam com 60% do valor da produção agropecuária municipal.

Atualmente, temos 674 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) neste município.

Mercado de Trabalho

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 9.247 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 8.784 estavam ocupadas e 464 desocupadas. A taxa de participação ficou em 61,1% e a taxa de desocupação municipal foi de 5,0%.

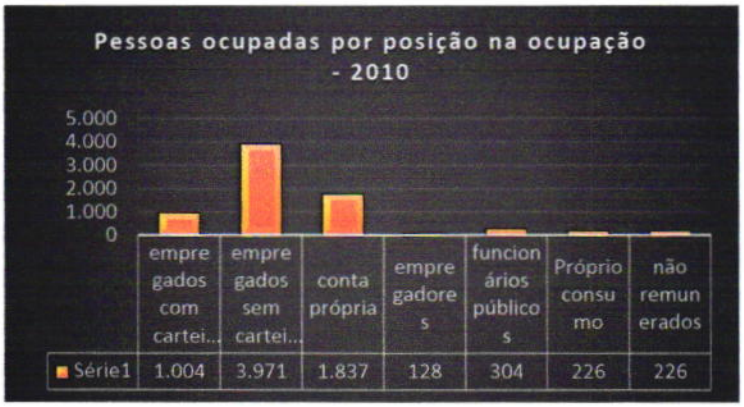
No tocante à taxa de desemprego, o gráfico abaixo fornece indicativos de maneira comparativa:

Gráfico 05 – Taxa de desemprego por área selecionada - 2010

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 11,4% tinham carteira assinada, 45,2% não tinham carteira assinada, 20,9% atuam por conta própria e 1,5% de empregadores. Servidores públicos representavam 3,5% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 17,5% dos ocupados, conforme apresenta o Gráfico 06.

Gráfico 06 – Pessoas ocupadas por posição na ocupação - 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

Das pessoas ocupadas, 19,4% não tinham rendimentos e 80,2% ganhavam até um salário mínimo por mês.

O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R$ 561,96. Entre os homens, o rendimento era de R$ 631,64 e entre as mulheres de R$ 500,52, apontando uma diferença de 26,20% maior para os homens.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por seis anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 140. No último ano, as admissões registraram 176 contratações, contra 141 demissões.

d) Aspectos Sociais

Desenvolvimento Humano e Renda

Nesta última década o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M do município de Vertentes teve uma evolução, passando de 0,452 em 2000 para 0,679 em 2010 - uma taxa de crescimento de 21,03%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 26,88% entre 2000 e 2010.

Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,190), seguida por Renda e por Longevidade.

Apesar da evolução no IDH-M, conferida nesta última década, o município situa-se entre aqueles que apresentam baixo indicador de desenvolvimento humano (entre 0,500 e 0,599).

Segundo dados do Censo 2010/IBGE, houve uma queda significativa do índice de analfabetismo no país nesta última década, embora tais avanços ocorrem em ritmo mais lento que o desejável. Em relação ao município de Vertentes a taxa de analfabetismo das pessoas com mais de 10 anos de idade baixou de 36,43% em 2000, para 22,40% em 2010.

Vulnerabilidade Social

Embora o município tenha alcançado avanços nas duas últimas décadas, ainda convive com uma realidade marcada por indicadores de vulnerabilidade social significativos. Alguns deles chamam a atenção. Refere-se a população infantil situadas na faixa

entre 0 e 5 anos de idade que estão fora da escola (56,00%) e jovens e adultos situados na faixa de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham e se classificam como vulneráveis à pobreza (16,75%). Outro dado relevante refere-se a taxa de jovens com 18 anos ou mais que não possuem o ensino fundamental completo e em ocupação informal (66,20%). Conforme apresenta a Tabela 01.

Tabela 01 – Taxa de Vulnerabilidade Social

Vulnerabilidade Social - Vertentes - PE			
Crianças e Jovens	**1991**	**2000**	**2010**
Mortalidade infantil	73,75	51,23	31,00
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	78,21	56,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	35,33	12,71	5,87
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	33,27	16,75
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	1,21	6,21	1,33
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	7,75	20,57
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	18,19	17,14	29,11
% de vulneráveis e dependentes de idosos	9,94	10,68	4,86
% de crianças com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R$ 70,00 mensais	52,95	42,83	15,81
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	89,64	76,81	53,23
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	79,46	66,20
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	17,67	19,22	53,99

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Fonte: IBGE – IPEA/FJP

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS em dezembro de 2014 haviam inscritas 4.721 famílias (correspondendo a 14.434 pessoas, o que equivale a 73,19% da população do município) no Cadastro único (CadÚnico), dentre as quais:

- 3.040 com renda per capita familiar de até R$77,00;
- 659 com renda per capita familiar entre R$77,00 e R$ 154,00;
- 733 com renda per capita familiar entre R$ 154,00 e meio salário mínimo;
- 289 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

Tendo como referência o mês e março de 2015, o **Programa Bolsa Família** beneficiou, **2.667 famílias**, representando uma cobertura de 124,1 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R$ 154,17 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R$ 411.159,00 no mês.

Em relação às condicionalidades[1], o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de novembro de 2014, atingiu o percentual de 91,4%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 2.165 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 2.369. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 60,3%, resultando em 298 jovens acompanhados de um total de 494.

[1] Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê.
Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.
Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Peti e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2014, atingiu 99,7 %, percentual equivale a 2.625 famílias de um total de 2.632 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

Os indicadores acima apresentados são preocupantes e revelam os problemas que hoje o município enfrenta, em relação ao aumento dos índices de violência, uso de drogas, gravidez na adolescência, ente outros, têm repercutido nas Escolas, evidenciados nas altas taxas de abandono escolar, repetência e distorção idade/série, principalmente nas turmas da EJA.

Educação

A rede pública de ensino de Vertentes é formada por 18 (dezoito) unidades escolares, das quais, uma pertence a Rede Estadual de Educação, situada na sede do município e oferece o Ensino Médio em forma Integral e, 17 (dezessete) compreendem a rede municipal de ensino, sendo que 03 (três) estão localizadas na área urbana e 14 (quatorze) na zona rural do município, oferecendo na modalidade de Educação Infantil (creche e Pré-escola), Ensino Fundamental I, Ensino fundamental II e Educação

das redes municipal e estadual de ensino e ofertam as modalidades de ensino de educação básica: Educação Infantil (creche e Pré-escola), Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

Entre 2000 e 2010 o município apresentou crescimento nas taxas de atendimento na população de 06 a 14 anos, passando de

80,7% para 94,13%, chegando, portanto, próximo a sua universalização.

As escolas localizam-se em localidades estratégicas (área urbana e rural) de modo a possibilitar o acesso à população formada por crianças e jovens de todo o município com oferta de ensino e modalidade correspondente a demanda instalada. Entretanto, o município oferece o deslocamento dos alunos através de transporte escolar de forma a garantir a continuidade dos estudantes em séries e modalidades de ensino compatíveis, cuja oferta não é oferecida em escolas de sua localidade, justificada pela baixa demanda ali existente.

O sistema de ensino público no município, está organizado de acordo com o que estabelece o ordenamento constitucional e legislação correlata, no que se refere a oferta em suas modalidades de ensino, obedecendo o princípio de regime de colaboração entre Estado e Município. Neste princípio é de responsabilidade do município a oferta da Educação Infantil (creche e pré-escola) e Ensino Fundamental (1° ao 9° ano) e ao Estado a garantia de escolarização referente ao Ensino Médio.

Entre 2012 e 2014 a taxa de atendimento em todas as modalidades de ensino se mantiveram estáveis, tanto na rede municipal quanto na estadual, não apresentando, portanto, evolução significativa nas taxas de atendimento escolar, conforme pode-se conferir na Tabela 02.

Tabela 02 – Evolução da Matrícula – Rede Pública de Ensino (2012/2014)

Ano	Dependência	Educação Infantil			Ensino Fundamental				Ensino Médio		EJA		TOTAL
		Creche	Pré-Escola		Anos Iniciais		Anos Finais		Parcial	Integral	Fund	Médio	
			Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral					
2012	Estadual urbana	-	-	-	-	-	89	-	322	321	-	-	732
	Municipal Urbana	144	211	-	738	-	794	-	-	-	96	-	1.983
	Municipal Rural	86	262	-	720	-	345	-	-	-	42	-	1.453
Total		230	473	-	1.458	-	1.228	-	322	321	138	-	4.170
2013	Estadual Urbana	-	-	-	-	-	-	-	298	390	-	-	688
	Municipal Urbana	137	271	-	708	109	640	120	298	-	98	-	2.381
	Municipal Rural	98	236	-	724	-	369	-		-	20	-	1.447
Total		235	507	-	1.432	109	1.009	120	298	390	118	-	4.218
2014	Estadual urbana	-	-	-	-	-	-	-	302	396	-	-	698
	Municipal Urbana	148	243	-	821	-	772	-	-	-	85	-	2.069
	Municipal Rural	92	231	-	546	215	293	59	-	-	21	-	1.457
Total		240	474	-	1.367	215	1.065	59	302	396	106	-	4.224

Fonte: Censo Escolar – Inep/MEC

Ao analisarmos os dados da tabela 02 e no gráfico 07, verificamos que o atendimento da rede municipal e estadual da creche ao ensino médio, no período de 2012-2014, vêm apresentando equilíbrio nos quantitativos de estudantes atendidos em todas as etapas e modalidades de ensino. Partindo do atendimento de 4.170 em 2012 para 4.224 em 2014.

Gráfico 07 – Evolução do quantitativo de estudantes matriculados – 2012/2014

Fonte: Censo Escolar – Inep/Mec

Um dado relevante, refere-se a oferta de Educação Integral pela rede municipal de ensino a partir de 2013, com atendimento de 109 estudantes do ensino fundamental I para 215 em 2014, um crescimento de 59,60% no intervalo de um ano.

Entretanto, ao analisarmos a oferta de Educação Integral no Ensino fundamental II verificou-se uma redução no atendimento, passando de 120 para 59 estudantes, uma queda de 49,6% no mesmo período.

Evolução da Qualidade da Educação

O desempenho do sistema de ensino deve ser analisado numa perspectiva polissêmica, uma vez que esta categoria traz implícitas múltiplas significações. São diversos os elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis ao processo educativo, tendo em vista a produção, organização, gestão e disseminação de saberes e conhecimentos fundamentais ao exercício da cidadania.

A educação é essencialmente uma prática social presente em diferentes espaços e momentos da produção da vida social. Nesse contexto, a educação escolar, objeto de políticas públicas, cumpre destacado papel nos processos formativos por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas.

A Qualidade da Educação, entendida como fenômeno complexo, deve ser abordada a partir de várias perspectivas que assegurem dimensões comuns.

Segundo o Boletim da Unesco (2003, p.12), a OCDE e a Unesco utilizam como paradigma, para aproximação da Qualidade da

Educação, a relação insumos-processos-resultados. Desse modo, a Qualidade da Educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como, a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula, ou seja, os processos ensino aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação à aprendizagem das crianças etc. Destaca, ainda, que a qualidade pode ser definida a partir dos resultados educativos, representados pelo desempenho do aluno.

Portanto, as condições e os insumos para oferta de um ensino de qualidade são fundamentais para a construção de uma boa escola ou uma escola eficaz, sobretudo se estiverem articuladas às dimensões organizativas e de gestão que valorizem os sujeitos envolvidos no processo, os aspectos pedagógicos presentes no ato educativo e, ainda, contemplem as expectativas dos envolvidos com relação à aquisição dos saberes escolares significativos e às diferentes possibilidades de trajetórias profissionais futuras.

Nenhum desses aspectos deve ser tratado separadamente, posto que se articulem a expectativas e a concepções acerca do que deve ser a escola. Tais concepções articulam-se, em última instância, ao ideal de sociedade que cada grupo ou sujeito espera construir para as novas gerações.

Uma concepção de educação ou escola de qualidade que tome uma perspectiva inclusiva de sociedade, onde a exploração e a violência sejam banidas, onde as pessoas e os grupos sociais tenham, conforme diz Boaventura de Souza Santos, o direito de serem iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza.

Assim, construir dimensões e definir fatores de qualidade para a educação e, sobretudo, para a escola não requer apenas a identificação de condições mínimas, mas de condições que articulem a natureza da instituição aos objetivos educativos e à fase de desenvolvimento da vida das crianças, adolescentes e jovens. De qualquer modo, a qualidade da escola implica a existência de insumos indispensáveis, de condições de trabalho e de pessoal valorizado, motivado e engajado no processo educativo a ser definido em consonância com as políticas e gestão da educação de cada país e por meio do estabelecimento de uma agenda comum de dimensões que possam ser acordadas entre os entes federados (União, Estados e Município), no tocante à busca de parâmetros analíticos e de oferta de uma educação de qualidade.

Convém destacar, que é evidente a inconsequência de qualquer proposta de superação da desigualdade educativa e da exclusão escolar que desconsidere a universalização da educação como condição *sine qua non* dessa superação. Para a universalização da educação, na verdadeira acepção do termo, entende-se como crucial a compreensão do direito à educação para além da mera garantia de acesso ao ensino público e gratuito. O que deve ser universalizado é, sem dúvida, o direito à educação escolar capaz de garantir a formação do estudante para o exercício pleno da cidadania e a preparação para o trabalho.

O início do século XXI marcou a história política da sociedade brasileira graças às mudanças substantivas decorrentes da implementação de políticas públicas de combate à desigualdade social e à desigualdade educativa. A partir daquele período, instaurou-se uma nova institucionalidade no campo da política social

brasileira, mesmo considerando as inflexões nela contida e as polêmicas que animam o debate por ela provocado.

Entre as medidas que instauraram a nova institucionalidade no campo das políticas públicas, foi a implantação pelo Ministério da Educação (2007) do Compromisso Todos pela Educação estabelecido através do Plano de Metas (Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE), firmado por meio de acordo entre o Governo Federal, os Governos Estaduais e os Governos Municipais.

O Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE - tem possibilitado avanços significativos na educação brasileira, através da indução da cultura do planejamento a partir da realidade, através da utilização de ferramentas e instrumentos que nos permitem planejar, acompanhar e avaliar o desempenho da rede.

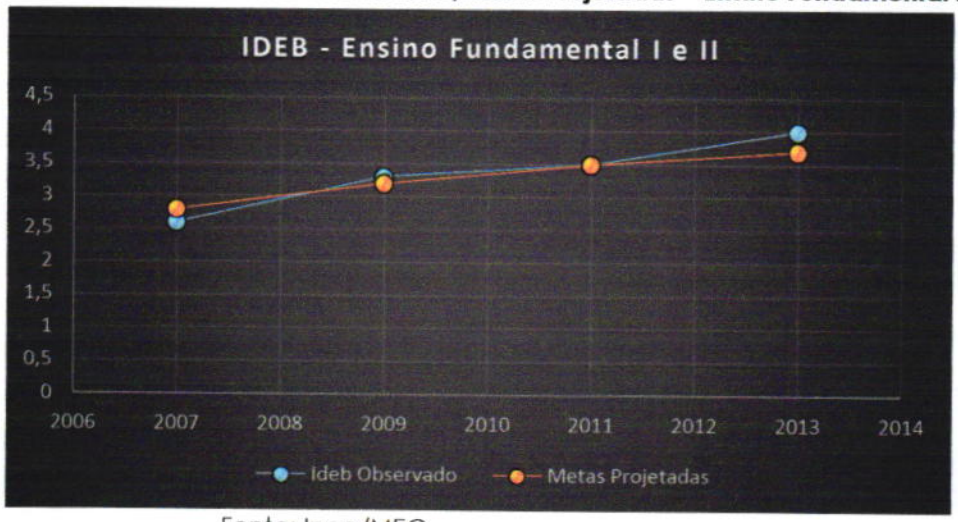
Exemplo da eficácia desse modelo de gestão e avaliação da qualidade da educação é a implantação no bojo do robusto Plano de Metas do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica[2], possibilitando que hoje possamos analisar através de indicadores fidedignos os avanços ou retrocessos verificados na condução da educação de nosso município, fugindo das hipóteses até então utilizadas para justificar o fracasso ou enaltecer os avanços.

[2] O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir, num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

Esse instrumento, tornou-se elemento nuclear no planejamento, implementação e avaliação da política municipal de educação. Através do IDEB tornou-se possível realizar uma reflexão das variáveis que vêm interferindo no desempenho de nossa rede, os quais vêm servindo de base para o estabelecimento de estratégias de ação.

Nesta perspectiva, ao analisamos a série histórica do IDEB (2007-2013), tanto nas séries iniciais quanto nas séries finais do Ensino Fundamental, constatamos que o município vem evoluindo de forma positiva ao compararmos as metas projetadas com as metas efetivamente observadas, entretanto, observa-se que esse crescimento vem perdendo força, conforme podemos conferir nos resultados apresentados em 2013, conforme se demonstra no Gráfico 08.

Gráfico 08 – IDEB - Metas Observadas/Metas Projetadas – Ensino Fundamental I e II



Fonte: Inep/MEC

Ao analisarmos o IDEB observado do Ensino Fundamental I de forma separada do verificado no Ensino Fundamental II, observamos que o desempenho do Ensino Fundamental I é superior ao constatado nas séries finais do Ensino Fundamental II, este ficando, inclusive abaixo em 0,1 da meta projetada para 2013, conforme se pode visualizar na Tabela 04.

Tabela 04 – Evolução do IDEB – Ensino Fundamental I e II

Anos Iniciais			Anos Finais		
Ano	**IDEB Observado**	**Meta Projetada**	**Ano**	**IDEB Observado**	**Meta Projetada**
2007	4,0	3,8	2007	3,4	3,1
2009	4,4	3,8	2009	3,6	3,3
2011	4,7	4,2	2011	3,8	3,5
2013	4,9	4,5	2013	3,8	3,9

Fonte: Inep/MEC

O mesmo fenômeno ocorreu com o desempenho do Ensino Médio, em 2013 o IDEB permaneceu com o mesmo indicador apresentado em 2011 (3,4) ficando abaixo da meta projetada para o período que era de 3,6.

Quando comparados os indicadores apresentados pelo município com o verificado pelo Estado de Pernambuco em 2013, no que se refere aos anos iniciais do Ensino Fundamental, constata-se que, Vertentes encontra-se bem à frente do IDEB apresentado pelo Estado que foi de 4,1 e em patamares de igualdade com o alcançado pelo Brasil que foi de 4,9.

A situação do Ensino Fundamental II guarda semelhança quando analisamos os indicadores apresentados pelo Município e o

Brasil, ambos alcançaram o IDEB de 3,8 de uma meta projetada de 3,9. Já o comportamento do Estado de Pernambuco, para esta etapa, apresentou indicador de crescimento aos verificados pelo município e Brasil: IDEB alcançado: 3,4 para uma meta projetada de 3,2.

Ao ampliarmos a análise dos indicadores com as manifestações de cunho qualitativo apresentadas pelos diversos e abrangentes vozes dos participantes do Fórum Municipal de Educação, alguns aspectos merecem atenção e análise aprofundada.

É notório as significativas melhorias empreendidas ao longo destes 10 (dez) anos em prol da melhoria da qualidade da educação municipal. No período compreendido, foram realizados investimentos que vão desde a construção de escolas, recuperação e requalificação das existentes, acompanhado de aquisição de mobiliário e equipamentos adequados e com padrões de qualidade, seguido de aquisição de material didático pedagógico, investimentos na formação e qualificação dos profissionais do magistério, bem como na implantação do Plano de Cargos e Carreira, como forma de valorização do magistério público municipal, como também, melhoria na merenda escolar, apoio e acompanhamento pedagógico dos estudantes, além da oferta da educação em tempo integral entre outros.

Os Grupos de Trabalho que integram o Fórum assinalaram aspectos de diversas naturezas que vêm contribuindo para o estágio atual da educação do município, revelado nos indicadores acima apresentados. Para a maioria, há a clareza que a escola sozinha não dar conta de superá-los, e nem está preparada para isto.

A ausência e a negligência familiar (estrutura familiar) na vida escolar são apontadas como um dos fatores que vem interferindo no clima escolar, refletido na indisciplina, na violência, baixa frequência, uso de drogas entre outros.

Outro aspecto, presente nas discussões dos grupos, vem na direção do baixo comprometimento dos professores. Apesar dos investimentos realizados pelo município em formação continuada e na oferta de material pedagógico adequado à prática pedagógica, estes mecanismos não vêm se revelando de forma positiva no desempenho escolar e consequentemente na qualidade de ensino da rede. A valorização do profissional do magistério também foi apontada como um dos aspectos relevantes nas discussões como uma variável importante e que têm relação direta com o comprometimento dos professores no exercício de sua prática e desempenho profissional, revelados na desmotivação e concentração dos estudantes às aulas e desinteresse pelos conteúdos etc.

O despreparo do professor na utilização das ferramentas tecnológicas, presente e com forte influência na vida contemporânea, foi refletido pelos grupos como uma das variáveis de grande importância, principalmente quando tratou-se do fenômeno relacionado a desmotivação e desinteresse dos estudantes às aulas. A resistência do profissional da educação a inserir-se no mundo digital foi apontada como uma das causas que interfere no processo ensino-aprendizagem. É fato e questão de lógica: Se o professor não está preparado para atuar dentro do processo educativo, com certeza os alunos não têm como aprender.

O despreparo do professor resulta diretamente em sérias dificuldades de aprendizagem por parte dos alunos.

A descontextualização da realidade foi outro aspecto apresentado pelos grupos como ausente em grande medida no exercício da prática pedagógica do professor em sala de aula. A esse respeito, Costa (2010) afirma.

> A escola é uma instituição social com objetivo explícito: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores) que, aliás, deve acontecer de maneira contextualizada desenvolvendo nos discentes a capacidade de tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem (p. 73).

Nesse processo, precisamos ter o maior cuidado principalmente quando se fala de aprendizagem, até porque estamos trabalhando na formação de sujeitos para que tenham a possibilidade de criticar, refutar, intervir e participar nas decisões.

O professor é o mentor de todo o trabalho e tem a incumbência de promover para os seus alunos um ensino de qualidade, de facilitar a aprendizagem, de conduzir as aulas de maneira dinâmica, prazerosa, de aguçar nos alunos o poder de argumentação interativa e questionadora, dar a orientação didática adequada, fazer o acompanhamento das atividades propostas, ser eficiente e eficaz na disciplina que ministra, mostrar o domínio do conteúdo, ter formação plena, para que os alunos obtenham uma formação digna de excelência.

3. GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação tem por competência, formular, implementar e executar políticas públicas de educação centrada no desenvolvimento de ações que resultem na melhoria do padrão de qualidade da educação básica - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos na perspectiva do direito, da inclusão social e da valorização dos profissionais da educação.

Sua atuação é orientada para assegurar o cumprimento do ordenamento legal consubstanciado na Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases – LDB e leis correlatas, mediante a execução de ações efetivas que garantam o acesso à educação de qualidade e a permanência dos alunos na escola com aprendizagem. Na consecução de seus macros objetivos o município tem contado com o apoio técnico, financeiro e operacional do Ministério da Educação, através do Plano de Desenvolvimento da Educação: Compromisso Todos pela Educação que se estabelece através de um elenco de programas e ações compartilhadas, baseado nos princípios do regime de colaboração apregoado no ordenamento legal. Entre os Programas, Projetos e Ações compartilhadas entre os dois entes, destacamos:

- PAR – Plano de Ações Compartilhadas;
- PDDE - consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas

por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse;

- PNLD - O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico;
- PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conhecido como Merenda Escolar, consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar;
- PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO - O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial n.° 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral;

- PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO (PBA) - O Programa Brasil Alfabetizado, do MEC - Ministério da Educação tem por objetivo elevar a escolaridade dos jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos que não frequentaram ou não tiveram acesso à escola, na idade adequada;
- PNAIC - é um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita na alfabetização de crianças;
- PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA - programa Caminho da Escola foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O programa também visa à padronização dos veículos de transporte escolar, à redução dos preços dos veículos e ao aumento da transparência nessas aquisições;

Além dos programas citados, o município participa dos exames externos desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, tais como: SAEB quais sejam: Provinha Brasil, Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA, além do Censo Escolar. O município também mantém parceria com o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e a Gerência Regional de Educação do Vale do Capibaribe, através de acordos de cooperação técnica e financeira. Como programas

relevantes destacam-se: Programa Alfabetizar com Sucesso, além de participar do exame de avaliação da qualidade educacional, denominado SAEPE.

A preocupação com a qualidade da Educação Básica ofertada figura entre os principais focos de atenção dos gestores públicos, conforme podemos acompanhar o volume de programas e ações; e entre as maiores causas de mobilização da sociedade civil.

Diversos estudos já investigaram o que é possível fazer dentro das escolas para melhorar os resultados escolares e, posteriormente, o desempenho no mercado de trabalho, seja por meio da melhoria da infraestrutura-escolar, de professores e gestores melhores qualificados e de outras atividades oferecidas no âmbito das escolas.

Não é comum, entretanto, encontrar políticas educacionais que tenham impactos importantes sobre os resultados educacionais. Ainda assim, não há questionamento quanto à importância da escola na formação dos cidadãos.

No âmbito de nosso município cabe duas preocupações e que sobre elas temos nos debruçado exaustivamente: elevar a qualidade da educação e, ainda elevar a frequência à escola, com universalização do atendimento dos 0 a 3 anos em creche.

O enfrentamento a esses desafios tem sido uma constante, entretanto, convivemos com um passivo histórico que, associado ao nível socioeconômico que configura a nossa população, tem dificultado a promoção de melhorias significativas na educação, conforma já assinalamos neste documento.

Mesmo diante desse cenário, conforme os indicadores educacionais revelam, temos avançado nesses últimos anos, graças